

# Justiça Federal pode intervir na Saúde de SE e de Aracaju, e ainda cassar Proredes

Pedido do MPF inclui liminar para a União suspender todos os repasses de recursos federais da Saúde ao Estado



**CINFORM**

ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju - SE, 8 a 14 de setembro de 2014

■ O Ministério Público Federal - MPF - reiterou, nessa última semana, na Justiça Federal, o pedido de intervenção do Ministério da Saúde na gestão da Saúde pública do Estado. Desta vez, a ação inclui também o Município de Aracaju.

De acordo com o MPF, tanto a gestão estadual quanto a municipal não têm atendido a população com qualidade. E o quadro não se alterou desde o primeiro pedido de intervenção, em janeiro deste ano.

O pedido também inclui uma liminar para que a União suspenda todos os repasses de recursos federais da Saúde ao Estado de Sergipe.

Naquela época, o Cinform expôs o drama de centenas de pessoas - usuários da rede pública de Saúde - em uma manchete intitulada "Saúde deve cerca de R\$ 200 milhões e pode sofrer intervenção federal".

Relatos de profissionais, médicos, entidades de classe e mais de 80 denúncias no MPF serviram de embasamento para a reportagem. Agora, na última segunda-feira, 1º, o jornal voltou a mostrar o quadro da Saúde no Estado.

O cenário é palco de preocupação do procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Ra-

sentantes dos dois conselhos foram impedidos de entrar na unidade.

"O mais grave é que, além de serem descumpridas decisões judiciais, há a completa omissão da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS - em relação a Sergipe", afirma o procurador.

De acordo com Rockenbach, o Ministério da Saúde deverá manter a gestão direta até que se comprove a capacida-

## Ramiro: completa omissão do SUS em relação a Sergipe

miro Rockenbach. Ele alega que, após o ajuizamento de Ação Civil Pública conjunta pelos **Ministérios Públicos Estadual e Federal** em janeiro, seis meses se passaram e o quadro dos serviços de Saúde não apresenta melhoras no Estado de Sergipe.

Além disso, a proposta de criação do Comitê Gestor da Saúde, feita pelo MPF ao Estado, não teve resposta. Em relação ao Hospital de

Urgência de Sergipe - Huse -, o MPF constatou que duas decisões judiciais pela garantia de fornecimento de antibióticos e medicamentos oncológicos à unidade de saúde e pela regularização das cirurgias pediátricas no Huse não estão sendo cumpridas.

Quando, a pedido do MPF, o Conselho Regional de Medicina e o Conselho Regional de Enfermagem foram fiscalizar o hospital, os repre-

de do Estado e do município de gerir os recursos federais, inclusive com fiscalização da Controladoria-Geral da União - CGU. A ação tramita na Justiça Federal com o número 0800139-60.2014.4.05.8500.

### **PROREDES**

O MPF apresentou, ainda, uma petição para que se julgue o pedido de liminar da ação que pede proibição judicial do empréstimo do Programa de Fortalecimento das Redes de Inclusão Social e Atenção à Saúde - Proredes.

No programa, o Governo do Estado de Sergipe pretende contrair de empréstimo US\$ 100 milhões (aproximadamente R\$ 250 milhões) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - para obras e serviços diversos na área de Saúde, tendo a União como garantidora do financiamento.

A ação foi ajuizada em junho, mas ainda não houve julgamento do pedido de suspensão do empréstimo. Foi reforçado o pedido à Justiça Federal para que conceda liminar impedindo a União de avalizar o empréstimo do Proredes, o Estado de Sergipe de contratá-lo e o BID de concedê-lo.

Ou, de forma alternativa,

que a liminar os impeçam de concretizar o empréstimo até que seja provado que o Estado cumpriu todos os seus deveres na pactuação realizada com a União sobre ações e serviços de Saúde; que o projeto esteja vinculado a um Plano de Ação e Investimentos que detalhe a aplicação dos recursos; e que a movimentação dos recursos seja feita através de conta específica aberta em Banco oficial federal.

### **CAMINHO TORTO**

Em relação ao Município de Aracaju, os problemas de gestão se repetem. Pois, de acordo com o Relatório de Visitas Técnicas do Conselho Municipal de Saúde de Aracaju, analisado pelo MPF, nas unidades de saúde municipal como Nestor Piva, Renato Mazze e Hospital Santa Isabel, faltam remédios e até materiais básicos, como fio de sutura ou películas para exames de radiografia.

Problemas de infraestrutura e esterilização, salas de exame com infiltrações e a presença de insetos como baratas, formigas e escorpiões também foram relatados pelo Conselho. Outro documento, apresentado pelos profissionais de Enfermagem do Hospital Zona Sul, também relatava as mesmas irregularidades. ■